

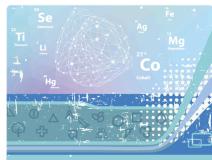


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva - SEXEC

Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN

Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF



FNDCT

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ATA DA 37ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL MINERAL - CT-MINERAL

EXERCÍCIO DE 2025

Data da Reunião: 11 de abril de 2025

Horário: 15 h às 16 h 30 min

Local: MCTI, Esplanada dos Ministérios, Sala de situação, 5º andar, sala 398-B, Brasília, DF (presencial) e virtualmente pela plataforma Microsoft Teams.

Presidente do Fundo: Osório Coelho Guimarães Neto

Membros presentes:

Nome	Instituição	Titular ou representante indicado	Participação
Osório Coelho Guimarães Neto	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	Presidente	Presencial
Alexandre Garcia Costa da Silva	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	Titular	Virtual
Gustavo Santos Masili	Ministério de Minas e Energia - MME	Substituto	Virtual
Henrique Vasquez Feteira do Vale	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	Titular	Virtual
Mathias Heider	Agência Nacional de Mineração — ANM	Titular	Virtual
Miguel Antônio Cedraz Nery	Setor empresarial/CNI	Titular	Presencial
Virginia Sampaio Teixeira Ciminelli	Setor Acadêmico/ABC	Titular	Virtual

Convidados:

Nome	Instituição	Participação
Alexandre Navarro	Fundação João Mangabeira	Virtual
Andréa Barbi Chaves Mroginski	ANM	Virtual
Breno Rocha Gomes de Abreu	FINEP	Virtual
Cid Chiodi Filho	ABIRROCHAS	Virtual
Cristina Ferreira Correia Silva	CGTS/DEPIN/SETEC/MCTI	Presencial
Elenice Teresinha Thomas Carvalho	CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI	Virtual
Elzivir Azevedo Guerra	CGTS/DEPIN/SETEC/MCTI	Presencial
Geisiane Nóbrega de Oliveira	CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI	Virtual
Lilian Rose Peters	CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI	Virtual
Pedro Henrique de Araujo Ferreira	CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI	Virtual
Reinaldo Dantas Sampaio	ABIRROCHAS	Virtual
Tássia de Melo Arraes	CGTS/DEPIN/SETEC/MCTI	Presencial
Tatiana de Pino Albuquerque Maranhão	CGGF/DFIN/SEEXEC/MCTI	Virtual
Thales Marçal Vieira Netto	EMBRAPII	Virtual

Pauta:

1. Abertura e apresentação dos membros;
2. Sugestão para revisão dos programas do FNDCT;
3. Apresentação dos Novos Programas Estruturantes do FNDCT;
4. Apresentação EMBRAPII;
5. Encaminhamentos e Encerramento.

1. Abertura e apresentação dos membros

O Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral, Sr. Osório Coelho, abriu a 37ª Reunião do CT-Mineral às 15h, dando as boas-vindas a todos os presentes. Após uma rodada de apresentações, o Presidente fez a leitura da pauta da reunião previamente enviada aos membros.

2. Sugestão para revisão dos programas do FNDCT

Em seguida, o Sr. Osório Coelho deu sequência à pauta da reunião, tratando a respeito da revisão dos Programas Estruturantes e Mobilizadores do FNDCT. O presidente informou que, atualmente, o FNDCT conta com dez desses programas e cada um possui um Termo de Referência que detalha as ações a serem desenvolvidas no âmbito de cada programa.

Foi destacado que na última reunião do Fundo, realizada no dia 27 de novembro de 2024, foi solicitada a inclusão do tema “Mineração” como uma das LINHAS DE ATUAÇÃO/INICIATIVAS PREVISTAS do Termo de Referência do Programa Inovação para a Industrialização em Bases Sustentáveis – Mais Inovação Brasil (Programa 2), de modo a contemplar as demandas do setor mineral como um todo. O Comitê Gestor do CT Mineral havia aprovado a inclusão na descrição do

item II. LINHAS DE ATUAÇÃO/INICIATIVAS PREVISTAS, da linha 9 “Complexo industrial da mineração e transformação mineral (Chamadas Públicas integrando ações de apoio via subvenção econômica, crédito, investimento, projetos cooperativos entre ICTs e empresas e/ou encomendas tecnológicas associadas a compras públicas)” e do seguinte objetivo específico deste mesmo item “promover PD&I, extensão e soluções tecnológicas e processos inovadores para a expansão e fortalecimento das cadeias produtivas de base mineral essenciais para o desenvolvimento da indústria da construção civil, infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade, agroindústria sustentável e transição e segurança energética, visando contribuir para o desenvolvimento industrial do país”.

Após a apresentação da proposta feita na última reunião, o presidente do fundo abriu a palavra aos participantes para fazerem suas contribuições. Os participantes da reunião que fizeram suas contribuições ao item “Objetivos Específicos” do Termo de Referência do Programa Mais Inovação Brasil foram os seguintes:

- Sr. Gustavo Masili (MME) – sugeriu incluir os termos “pesquisa” e “transformação” no objetivo específico já existente no TR, a saber: “promover o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento das cadeias de produção de energias renováveis e de tecnologias para pesquisa, produção, transformação e uso de minerais estratégicos e armazenamento de energia”. Gustavo ainda destacou que numa reunião do G20 ocorrida em 2024, foi demonstrado por muitos países a preocupação de que a transformação mineral seja realizada no local de origem dos minerais.
- Sr. Elzivir Guerra (MCTI) – comentou que a sugestão do MME já estaria contemplada na proposta encaminhada na última reunião, a saber “promover PD&I, extensão e soluções tecnológicas e processos inovadores para a expansão e fortalecimento das cadeias produtivas de base mineral essenciais para o desenvolvimento da indústria da construção civil, infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade, agroindústria sustentável e transição e segurança energética, visando contribuir para o desenvolvimento industrial do país”.
- Sr. Miguel Nery (CNI) – considerando a geopolítica internacional de minerais estratégicos, com a adoção, por diversos países, de políticas nacionalistas, recomendou a inserção do termo “integração” dentro do texto “promover PD&I, extensão e soluções tecnológicas e processos inovadores para a expansão, integração e fortalecimento das cadeias produtivas de base mineral essenciais para o desenvolvimento da indústria da construção civil, infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade, agroindústria sustentável e transição e segurança energética, visando contribuir para o desenvolvimento industrial do país”. Comentou que a palavra integração expressa a necessidade do desenvolvimento de elos faltantes das cadeias produtivas a fim de que o país não fique refém de tecnologias de outros países que podem atentar contra o desenvolvimento tecnológico e industrial do Brasil.
- Sra. Virgínia Ciminelli (ABC) – sugeriu acrescentar o termo “agregação de valor” ao texto “promover o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento das cadeias de produção de energias renováveis e de tecnologias para pesquisa, produção, transformação com agregação de valor e uso de minerais estratégicos e armazenamento de energia”. E também acrescentar “com responsabilidade socioambiental” ao texto “promover PD&I, extensão e soluções tecnológicas e processos inovadores para a expansão e fortalecimento das cadeias produtivas de base mineral essenciais para o desenvolvimento da indústria da construção civil, infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade, agroindústria sustentável e transição e segurança energética, visando contribuir para o desenvolvimento industrial do país com responsabilidade socioambiental”.
- Sr. Miguel Nery (CNI) – sugeriu alterar o objetivo “Promover a descarbonização da indústria de petróleo e gás natural e o desenvolvimento de biocombustíveis e biorrefinarias” para “Promover a descarbonização da indústria com fontes alternativas de menor nível de emissão, incluindo o desenvolvimento de biocombustíveis e biorrefinarias”.
- Sr. Gustavo Masili (MME) – com relação à sugestão feita pelo Sr. Miguel Nery, comentou que muitas indústrias precisam reinventar formas de reduzir a pegada de carbono (como, por exemplo, a indústria de carvão mineral, com o CCS e CCUS). Dessa forma, na proposta do objetivo específico sobre descarbonização, caso o foco esteja somente em tecnologias renováveis e limpas, exclui-se indústrias que, no Brasil, ainda têm papel relevante (como a indústria do carvão mineral, por exemplo) e que podem ser descarbonizadas com captura, armazenamento e uso de carbono, com floresta plantada, etc.
- Na temática de descarbonização da indústria, houve amplo debate sobre quais indústrias seriam alvo da descarbonização, bem como as tecnologias que seriam citadas para serem utilizadas. O Sr. Gustavo Masili (MME) explicou que, do ponto de vista energético, os setores de transportes e da indústria são setores distintos, além disso, biocombustíveis é um tema mais relacionado ao setor de transportes. Ele também destacou que a temática de transição energética tem como foco, até 2030, o aprimoramento da eficiência energética, ou seja, prevê-se que mais da metade das emissões devem ser evitadas com foco na eficiência energética. Dessa forma, a proposta final com relação a esses objetivos específicos foi alterar de “Promover a descarbonização da indústria de petróleo e gás natural e o desenvolvimento de biocombustíveis e biorrefinarias” para dois objetivos: 1. “Promover a descarbonização da indústria”, 2. “Promover o desenvolvimento de biocombustíveis e biorrefinarias”.
- Sr. Mathias Heider (ANM) – sugeriu a inserção do objetivo específico “fomentar a reciclagem de minerais estratégicos e a economia circular”.
- Sra. Virgínia Ciminelli (ABC) – com relação ao tema economia circular, ela propôs um objetivo mais amplo, tal como “desenvolver estratégias e práticas de economia circular nas diversas cadeias produtivas”.

Com relação ao item “Descrição” do Termo de Referência do Programa Mais Inovação, o presidente do Fundo sugeriu a inserção da temática de cooperação internacional também para ICTs, não apenas para empresas, como encontrava-se na redação anterior. O Sr. Henrique Vasquez (FINEP) complementou que a temática de minerais estratégicos tem amplo diálogo com a temática de materiais avançados, dessa forma, muitos projetos acabam tendo muita aplicação em setores de alta tecnologia, saúde, energia, aeroespacial, etc. Dessa forma, se pensamos em cooperação ICT-empresa para o setor mineral, pensando nos projetos de agregação de valor, tem-se oportunidade de dar uma base de conhecimento científico para toda a cadeia, desde a exploração mineral até a aplicação final. Dessa forma, a proposta é bem-vinda e é necessário instigar a FINEP a fazer mais programas nesse tema também.

Foi sugerido também acrescentar ao item “Descrição” o seguinte: “Indústria da mineração e transformação mineral (Chamadas Públicas integrando ações de apoio via subvenção econômica, crédito, investimento, projetos cooperativos entre ICTs e empresas e/ou encomendas tecnológicas associadas a compras públicas)”.

Após as discussões sobre o texto, o Sr. Osório informou que o texto alterado do Termo de Referência do Programa Mais Inovação Brasil seria encaminhado aos membros do Comitê Gestor do CT Mineral para ajustes visando maior fluidez ao texto e à incorporação das sugestões encaminhadas por e-mail. A Tabela 1 apresenta os itens para os quais foram sugeridas alterações, mostrando a redação original e a modificada. A proposta de redação final dos itens modificados encontra-se na coluna da direita e pode ser comparada à redação original do Termo de Referência que se encontra na coluna central.

Tabela 1: Alterações propostas em itens do Termo de Referência do Programa Inovação para a Industrialização em Bases Sustentáveis – Mais Inovação Brasil (Programa 2)

ITEM	TERMO DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA MAIS INOVAÇÃO BRASIL	
	REDAÇÃO ORIGINAL	REDAÇÃO COM SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO (EM VERMELHO)
II. LINHAS DE ATUAÇÃO/INICIATIVAS PREVISTAS - DESCRIÇÃO	8. Apoio à cooperação internacional para a inovação empresarial (Apoio a programas de parcerias de cooperação internacional).	8. Apoio à cooperação internacional para a inovação empresarial e projetos cooperativos ICT e empresa (Apoio a programas de parcerias de cooperação internacional). 9. Indústria da mineração e transformação mineral (Chamadas Públicas integrando ações de apoio via subvenção econômica, crédito, investimento, projetos cooperativos entre ICTs e empresas e/ou encomendas tecnológicas associadas a compras públicas)

II. LINHAS DE ATUAÇÃO/INICIATIVAS PREVISTAS - OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a descarbonização da indústria de petróleo e gás natural e o desenvolvimento de biocombustíveis e biorrefinarias. - Promover o desenvolvimento tecnológico e fortalecimento das cadeias produtivas de energias renováveis, armazenamento de energia e tecnologias para pesquisa, produção, transformação e uso de minerais estratégicos com agregação de valor. - Promover pesquisa, desenvolvimento tecnológico, extensão tecnológica e inovação com vistas à expansão, integração e ao fortalecimento das cadeias produtivas de base mineral essenciais para o desenvolvimento dos diferentes setores (e.g., construção civil, infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade, agroindústria sustentável e transição e segurança energética) de forma a contribuir para o desenvolvimento industrial do país, com responsabilidade socioambiental. - Desenvolver tecnologias para aproveitamento de minerais potencialmente econômicos na forma de sub- e co-produtos, maximizando o aproveitamento mineral. - Fomentar a economia circular e desenvolver estratégias e práticas de economia circular nas diversas cadeias produtivas. 	compras públicas, bem como projetos de cooperação técnico-científico internacional entre ICT e/ou ICT e empresas)
---	---	---

3. Apresentação dos Novos Programas Estruturantes do FNDCT.

O presidente Osório Coelho informou que foram criados dois novos Programas Estruturantes e Mobilizadores no âmbito do FNDCT, o SOS Clima e o de Inteligência Artificial. Considerou que, como o item “Apoio à Cooperação Internacional” está explicitamente previsto na descrição do Programa Estruturante 1 – Mais Inovação, e que esse mesmo item não consta nestes novos Termos de Referência, sugeriu sua inclusão em ambos. A inclusão foi aceita por unanimidade pelos membros do Comitê Gestor.

Para o sucesso do Programa Brasileiro de Inteligência Artificial (IA Brasil), a cooperação internacional permite o acesso a conhecimentos de fronteira, infraestrutura avançada e boas práticas regulatórias adotadas por outros países. A construção de um ecossistema nacional robusto em IA exige parcerias estratégicas com centros de excelência internacionais, o que favorece a formação de redes de pesquisa, a atração de talentos e o desenvolvimento de soluções com maior capacidade de inserção global. Além disso, a IA envolve desafios éticos, técnicos e legais que demandam alinhamento com normas e padrões internacionais, especialmente em áreas sensíveis como segurança cibernética, proteção de dados e transparência algorítmica. A participação ativa do Brasil em iniciativas multilaterais sobre IA fortalece a soberania tecnológica nacional e posiciona o país como ator relevante na governança global dessa tecnologia.

No caso do Programa SOS Clima Brasil, a cooperação internacional é igualmente estratégica para aprimorar as capacidades nacionais de monitoramento, previsão e resposta a eventos climáticos extremos. Diante da crescente frequência e intensidade de desastres associados às mudanças climáticas, o intercâmbio com organismos multilaterais, agências espaciais, centros meteorológicos e instituições acadêmicas estrangeiras permite ao Brasil incorporar tecnologias avançadas, como satélites de observação da Terra e sistemas de modelagem climática de última geração. Essa colaboração amplia a efetividade das ações preventivas e de mitigação, contribuindo para a proteção de vidas, infraestrutura e ecossistemas. A cooperação internacional também viabiliza a construção de sistemas de alerta precoce integrados regionalmente, especialmente no contexto da América do Sul, onde os impactos climáticos transcendem fronteiras e exigem soluções compartilhadas.

Após as discussões sobre os textos dos Termos de Referência, o presidente do fundo informou que não haveria deliberação de recursos durante a reunião uma vez que o Comitê Diretor do FNDCT ainda não havia definido o orçamento do FNDCT. Tão logo essas informações sejam repassadas para os presidentes dos comitês gestores, será convocada uma reunião extraordinária para deliberação.

4. Apresentação EMBRAPII

O presidente do Fundo convidou o Sr. Thales Marçal para fazer uma apresentação sobre a Embrapii, abordando seu modelo de atuação, unidades credenciadas, execução desde 2014 considerando-se os projetos de PD&I contratados, com alguns exemplos de projetos relacionados ao setor mineral. O objetivo da apresentação foi propor a realização de uma Chamada Pública para o credenciamento de mais 3 Unidades Embrapii no setor mineral.

Após a apresentação, o Sr. Breno Rocha (FINEP) explicou que a fonte de arrecadação do CT Mineral é a Fonte 1105 e não há previsão legal para repasse de recursos, a partir dessa fonte, para Organizações Sociais (OS). A Lei Complementar nº 177/2021 incluiu as OS entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT, mas não houve regulamentação das fontes para essas despesas. Assim, os repasses do FNDCT para as OS são feitos por meio das Fontes de Recursos Livres (Fontes 1050 ou 1052), que são as Fontes do Retorno das Operações de Empréstimo.

5. Encaminhamentos e Encerramento

O presidente do fundo, Sr. Osório Coelho, ratificou que enviará a proposta de revisão do Termo de Referência do Programa Estruturante e Mobilizador Mais Inovação discutida durante a reunião para complementação pelos membros do Comitê Gestor.

Devido ao tempo esgotado, ficou definido que na próxima reunião serão discutidos o apoio aos arranjos produtivos locais de base mineral e o alinhamento entre MCTI e FINEP para a implementação de uma Chamada Pública voltada para o setor mineral, a ser lançada possivelmente no segundo semestre de 2025.

Além disso, informou que, tão logo o orçamento do Fundo Setorial Mineral esteja disponível, o Comitê Gestor será convocado para uma reunião extraordinária para deliberação do recurso.

A sistematização e consolidação dos encaminhamentos aprovados pelos membros do Comitê Gestor do CT Mineral são mostrados na Tabela 2.

Tabela 2: Resumo dos encaminhamentos aprovados pelos membros do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral (CT Mineral) em sua 37a Reunião Ordinária, ocorrida em 11/04/2025, em formato híbrido.

Proposta de modificação de subitens Descrição e Objetivos Específicos do Item II. LINHAS DE ATUAÇÃO/INICIATIVAS PREVISTAS do Termo de Referência do	Subitem	Ação	Responsável	Prazo
	Descrição	Alteração Proposta (em vermelho) 8. Apoio à cooperação internacional para a inovação empresarial e projetos cooperativos ICT e empresa (Apoio a programas de parcerias de cooperação internacional). 9. Indústria da mineração e transformação mineral (Chamadas Públicas integrando ações de apoio via subvenção econômica, crédito, investimento, projetos cooperativos entre ICTs e empresas e/ou encomendas tecnológicas	CCF e CD do FNDCT	Data da próxima reunião do CCF e do CD do FNDCT

Programa Mais Inovação Brasil	<p>associadas a compras públicas, bem como projetos de cooperação técnico-científico internacional entre ICT e/ou ICT e empresas)</p>		
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a descarbonização da indústria de petróleo e gás natural e o desenvolvimento de biocombustíveis e biorrefinarias. - Promover o desenvolvimento de biocombustíveis e biorrefinarias. - Promover o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento das cadeias produtivas de energias renováveis, armazenamento de energia e tecnologias para pesquisa, produção, transformação e uso de minerais estratégicos com agregação de valor. Promover pesquisa, desenvolvimento tecnológico, extensão tecnológica e inovação com vistas à expansão, integração e ao fortalecimento das cadeias produtivas de base mineral essenciais para o desenvolvimento dos diferentes setores (e.g., construção civil, infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade, agroindústria sustentável e transição e segurança energética) de forma a contribuir para o desenvolvimento industrial do país, com responsabilidade socioambiental. - Desenvolver tecnologias para aproveitamento de minerais potencialmente econômicos na forma de sub- e co-produtos, maximizando o aproveitamento mineral. - Fomentar a economia circular e desenvolver estratégias e práticas de economia circular nas diversas cadeias produtivas. 		
Enviar aos membros do Comitê Gestor do CT Mineral, a proposta de revisão do Termo de Referência do Programa Estruturante e Mobilizador Mais Inovação Brasil, discutida e aprovada durante sua 37a Reunião Ordinária, com definição de prazo limite para envio das complementações pelos membros do referido Comitê Gestor.		Presidente do CT Mineral	11/04/2025
Pontos de pauta pendentes para próxima Reunião do Comitê Gestor do CT Mineral:	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de apoio à PD&I e ao extensionismo tecnológico e mineral para o desenvolvimento sustentável dos arranjos produtivos locais de base mineral. 	Presidente do CT Mineral, CGTS e CGGF	Data da Próxima Reunião Extraordinária
Ponto de pauta pendentes para próxima Reunião do Comitê Gestor do CT Mineral:	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de alinhamento entre MCTI e FINEP de uma Chamada Pública para o setor mineral a ser lançada possivelmente no segundo semestre de 2025. 	Presidente do CT Mineral, CGTS, CGGF e FINEP	Data da Próxima Reunião Extraordinária
O Comitê Gestor do CT Mineral será convocado para uma reunião extraordinária para deliberação do recurso.		Presidente do CT Mineral e CGGF	Data da Próxima Reunião Extraordinária
Enviar orientações para atualização da representação do MME no Comitê Gestor do CT Mineral		Presidente do CT Mineral e CGGF	Antes da Próxima Reunião Extraordinária

Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do CT Mineral, Sr. Osório Coelho, encerrou, às 16 h 30 min, a 37ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral (CT Mineral), agradecendo a participação de todos.

Osório Coelho Guimarães Neto
Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral - CT-MINERAL



Documento assinado eletronicamente por **Osório Coelho Guimarães Neto, Diretor do Departamento de Programas de Inovação**, em 30/05/2025, às 14:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12826739** e o código CRC **337E2B62**.